



**CONTRA OS BILIONÁRIOS CAPITALISTAS,
UM PROGRAMA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO PARA TERESINA DESSA
VEZ - 2024**

O Brasil no contexto da crise mundial

Nos últimos anos, a combinação de pandemia, crise econômica e guerras vêm provocando efeitos devastadores em todo o mundo. Desemprego em massa, salários miseráveis, milhões de mortos, seja por covid, fome, bombas, catástrofes ambientais como a grande inundação no RS, etc. Esses não são acontecimentos isolados. São efeitos da decadência do sistema capitalista e que afetam em cheio as cidades.

A burguesia reage à crise do capitalismo aumentando a exploração dos trabalhadores, retirando direitos, depredando a natureza e promovendo guerras para aumentar suas taxas de lucro. A atual crise é a pior em pelo menos um século. A cada crise, as fases de recuperação econômica são mais frágeis e a classe trabalhadora sente sua vida piorar.

A desigualdade social aumentou nos últimos dois séculos. A metade mais pobre da população mundial recebe hoje uma parcela menor da renda global do que recebia em 1820. Na América Latina a disparidade é mais profunda: os 10% mais ricos ficam com 77% da riqueza total, enquanto a metade mais pobre fica com apenas 1%.

O papel do Brasil na divisão internacional do trabalho foi rebaixado. O projeto do imperialismo para o Brasil é que seja um consumidor de produtos industrializados e um exportador de alimentos e minérios. Assim, o país vive um processo de desindustrialização relativa, ou seja, o papel da indústria na economia nacional vem reduzindo em comparação com a produção mundial. O que está em curso em toda a América Latina é um projeto de recolonização, que deve aumentar a miséria, o desemprego e aprofundar a dependência e submissão ao imperialismo.

Atualmente, 20% da população brasileira passa fome (45 milhões de pessoas) e mais da metade vive sem saber se terá o que comer num futuro próximo. Desde o início da pandemia, grandes empresas aumentaram muito seus lucros e surgiram 42 novos bilionários no país, enquanto o governo e o congresso aproveitaram a situação de insegurança da classe para “passar

a boiada” nos direitos, aumentando a precarização do trabalho, rebaixando os salários, atacando direitos e avançando na destruição do meio ambiente.

Teresina: Caos na gestão pública

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Credibilidade e divulgada em janeiro de 2024, revelou quais os problemas que mais incomodam os habitantes da cidade de Teresina. Entre todos os problemas que os teresinenses enfrentam, a segurança, a saúde pública, o transporte, o desemprego e a educação são apontados como mais insatisfatórios. Consequências do caos da gestão administrativa atual.

Porém, embora não seja novidade que a gestão de Dr. Pessoa é desastrosa em todos os aspectos, sabemos que o problema não é “má gestão”. Isso porque do ponto de vista da classe dominante, a prefeitura de Teresina sempre foi “bem administrada” no sentido de atender aos interesses dos mais ricos, enquanto os mais pobres sofrem as consequências da precarização e do processo de privatização dos serviços públicos.

O resultado de dezenas de anos administrados pela burguesia e para a burguesia - com políticas neoliberais acirradas principalmente a partir dos governos do PSDB de Firmino, Sílvio Mendes e de Elmano - é que temos uma Teresina privatizada e que é voltada para os ricos, aumentando desigualdades sociais. Aqui nessa cidade é tudo para os empresários e nada para os trabalhadores. Os espaços não são para todos. Existe uma criminalização da pobreza para justificar todos os problemas que acontecem em nossa cidade.

Defendemos uma Teresina para os trabalhadores e os setores explorados e oprimidos e não para favorecer os ricos como ocorre atualmente. Nosso programa apresenta medidas que enfrentem os poderosos e de fato atendam as demandas da maioria da população e uma saída socialista para a solução dos problemas da nossa classe.

TRANSPORTE PÚBLICO

ESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS E AMPLIAÇÃO DAS LINHAS DO METRÔ

Acabar com a concessão do transporte público em Teresina é a única forma de resolver o caos que vive o setor. A prefeitura é quem vai operar o sistema. Significa que não haverá mais concessão ao setor privado. O setor privado é ineficiente e corrupto, está mais do que provado.

O PSDB da era Firmino e Sílvio Mendes criaram uma relação incestuosa entre a Prefeitura e o SETUT, o Sindicato das Empresas de ônibus, entre 1990 e 2020. Nesse período, as empresas lucraram milhões, recebendo subsídios milionários da prefeitura e vendendo um serviço de péssima qualidade e alto preço da tarifa para a população trabalhadora da cidade.

A crise no setor estourou durante a pandemia, já na gestão do Prefeito Dr. Pessoa (Republicanos), mostrando não apenas o grau de sujeição da prefeitura ao SETUT, mas também os meandros das ilicitudes praticadas entre o poder público e as empresas de transporte da capital, conforme ficou demonstrado nos relatórios do TCE e do MPI, bem como na CPI realizada pela Câmara de Vereadores. O Prefeito Dr. Pessoa foi incapaz politicamente falando de resolver o problema, que só se agravou de lá pra cá, deixando a população no “se vira como pode”.

A realidade do Transporte público municipal

O transporte público é um direito constitucional da população, mas nem os governos nem as empresas de transporte cumprem a lei. E os demais poderes, fecham os olhos pra essa realidade. A cidade de Teresina, capital do Estado, quase um milhão de habitantes e não tem transporte coletivo. Uma irresponsabilidade dos governos, municipal e estadual.

Hoje, 53% dos usuários de transporte em Teresina fazem uso do transporte individual (ligeirinho, uber, motor uber, etc), o que é um absurdo, principalmente pelo alto preço da tarifa e comprometimento da renda desses trabalhadores. 23% dos trabalhadores fazem o deslocamento a pé ou de bicicleta. A maior parte destes trabalhadores se desloca caminhando ou pedalando não por vontade própria, mas porque são obrigados. Isso é um crime contra a população trabalhadora de baixa renda.

Hoje no país, 103 cidades têm Tarifa Zero no transporte público, em três modalidades: 100% zero para todas as pessoas (88 municípios); tarifa zero em determinados dias da semana; tarifa zero para grupos específicos.

A maioria das cidades com algum tipo de tarifa zero são cidades pequenas, com até 50 mil habitantes. E a maioria está concentrada em SP e MG. Na maioria das cidades com tarifa zero, no entanto, o sistema é operado com empresas privadas, portanto, a serviço do capital, saindo muito caro para os cofres municipais, em favor do grande empresariado.

Nossas propostas

- Suspender imediatamente o repasse mensal de 4 milhões e setecentos mil reais da Prefeitura para o SETUT a título de cobertura de gratuidades no transporte. A Prefeitura não tem nenhum controle sobre esses dados (quantos usuários fazem uso da gratuidade no sistema), o pagamento é feito baseado na simples palavra dos consórcios que operam o sistema;
 - Realizar auditoria no Sistema de Transporte Municipal, envolvendo STRANS, as contas do SETUT e PMT;
 - Retorno do número de 450/480 ônibus em circulação para atendimento ao público com um tempo de espera de 20 minutos no máximo;
 - Retorno dos ônibus expressos nos bairros mais distantes do centro;
- Retorno das linhas desativadas: corujão, universidade circular, rodoviária circular, etc;
- Melhorias nas paradas finais dos ônibus nos bairros para trabalhadores do sistema e passageiros (bancos de espera, bebedouros e banheiros);
 - Reestruturar as vias exclusivas dos ônibus;
 - Sistema de segurança nos ônibus (botão do pânico);
 - Melhores salários e condições de trabalho para trabalhadores rodoviários.

A nossa proposta é tirar o sistema de transporte de Teresina das garras do SETUT, com a estatização das empresas de ônibus e ampliação das linhas do metrô, de abrangência na grande Teresina. Assim, criar a Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Teresina – CMTC e fazer o transporte de ônibus integrado com o metrô.

A gestão do sistema será feita pelo Conselho Popular de Transporte – CPT, formado por trabalhadores do setor de transporte e usuários do sistema. O sistema começará operando com tarifa zero para estudantes, desempregados, idosos, e pessoas com deficiência, rumo à tarifa zero universal.

O Conselho Popular de Transporte indicará o valor da tarifa para os demais segmentos e estudará a forma de garantir tarifa zero universalizada, para toda a população em todos os dias da semana.

A operação do sistema será 100% pública, sem participação do setor privado!

SAÚDE

A crise da saúde pública não é uma problemática recente em Teresina. As denúncias realizadas por pacientes e servidores da saúde sobre falta de leitos e de descaso das unidades hospitalares da capital tomaram força desde a era PSDB (Firmino e Sílvio Mendes) e se agravaram nos últimos anos.

Ainda em 2022, a interdição feita pelo Conselho Regional de Medicina do Piauí (CRM-PI) no Hospital do Buenos Aires, localizado na Zona Norte de Teresina, sinalizou que o problema estava atingindo altos níveis. O local não contava com medicamentos e equipamentos adequados, além de médicos. Após inspeções, foi constatado que os hospitais da capital não possuíam insumos básicos devido as dívidas. UBSs lotadas, interdição de hospital, denúncia na FMS: linha do tempo mostra colapso na saúde de pública de Teresina

Em janeiro de 2023, o vice-prefeito de Teresina, Robert Rios, entregou à Câmara Municipal de Teresina um documento com denúncias sobre a FMS. Ele denunciou o uso supostamente irregular de R\$ 83 milhões pela Fundação.

As críticas à saúde pública teresinense se intensificaram após a repercussão de casos que causaram indignação pública. Uma auditoria do TCE apresentou irregularidades no controle de recursos da saúde em Teresina: gestão desorganizada e sem planejamento. São ao todo 11 hospitais municipais em Teresina: Hospital, Maternidade e Centro de Parto Normal do Buenos Aires; Hospital e Maternidade do bairro Satélite; Hospital e Maternidade do Promorar; Maternidade Prof. Wall Ferraz; Hospital da Santa Maria da Codipi (Unidade de Saúde Mariano Gayoso Castelo Branco); Hospital Dr. Ozeas Sampaio (bairro Matadouro); Hospital do Dirceu Arcoverde II (Hospital Alberto Neto); Hospital Municipal da Criança (Hospital do Parque Piauí); Hospital do Monte Castelo; Hospital da Primavera e Hospital de Urgência de Teresina (HUT).

Propostas para a saúde

É preciso combater a privatização e a terceirização na saúde, extinguindo da administração pública o modelo de Organizações Sociais ou qualquer outra forma de gestão privada, que tem servido para o desvio de verbas públicas e precarização das condições de trabalho.

Defendemos a estruturação do quadro de funcionários públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Teresina. Devem ser realizados imediatamente concursos públicos na rede municipal, com plano de cargos e carreira (PCC), em todos os níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária).

Defendemos a reabertura de postos de trabalho fechados nas equipes de saúde em clínicas da família, hospitais e UPAS.

Os hospitais precisam ser recuperados imediatamente, com a realização de um plano de obras e de concurso público para garantia do funcionamento pleno destes estabelecimentos de saúde.

Precisamos de mais unidades de emergência e melhor estruturação das unidades de saúde já existentes. Isso pode ser atingido taxando em 40% da fortuna dos grandes bilionários, em especial os bilionários da saúde, e expropriando as unidades de saúde dos grandes empresários, para que sejam integrados ao SUS, juntamente com os trabalhadores destes serviços. A saúde da classe trabalhadora não pode ser fonte de lucro para um punhado de empresários.

Defendemos um sistema de saúde totalmente público e gratuito, para todos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Não é possível entender a violência em Teresina, e muito menos dar-lhe respostas, se encararmos este problema de forma abstrata. A violência na cidade de Teresina apresenta diferentes origens e dimensões, e apesar de estarem interligadas e se influenciarem não são um fenômeno único.

O Estado do Piauí vem, a cada ano, apresentando um cenário crescente de violência e insegurança, apesar do **Monitor de Violência**, criado em 2017 pelo **g1** em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), ter constatado que o Piauí registrou redução de mais de 10% nas mortes violentas em 2023, na comparação com os dados de 2022. Em geral, é registrado, por dia, duas mortes no Piauí. Ou seja, a situação é muito preocupante, apesar da propaganda do governo do Estado. Não é à toa que a falta de segurança é um dos maiores problemas denunciados pela população teresinenses nas pesquisas de opinião.

A territorialização da violência

A territorialização da violência está marcada pela periferização de casos nas cidades de maior densidade populacional do Piauí. Em Teresina, por exemplo, foram 13 eventos, “**ações de policiamento**”, registrados na zona sul, região que tem noticiado em meios de comunicação televisivos e jornais *online* como bairro inseguro, violento, com constantes registros de homicídio e de tráfico de drogas.

Nos bairros mais empobrecidos da cidade, com relação ao mapeamento por bairros de Teresina, os eventos sociais nestes bairros evidenciaram uma face da insegurança, do medo e de ações violentas contra pessoas que vivem em condições de desigualdade social, como uma forma de solucionar conflitos com ações de repressão, que tem esvaziado esses espaços.

Dessa forma, a população teresinense, em especial os mais jovens, vivem na presença constante da violência, tendo as forças coercitivas do Estado e as organizações criminais, como os principais agentes de processos de violência.

Violência com armas de fogo

Na categoria **armas de fogo**, o Estado corresponde ao 3º lugar do ranking nacional, tendo em primeiro lugar São Paulo, em segundo Pernambuco. Porém, quando avaliamos o cenário da região nordeste, o Piauí ocupa o 2º lugar. Esses dados apontam para a interiorização dessa realidade para lugares antes caracterizados como “não violentos e seguros”.

Na cidade de Teresina, no ano de 2022, foram registrados 303 homicídios. Destes, 89,76% foram praticados com **arma de fogo**. De acordo com o relatório da **Gerência de Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/PI)**, as vítimas de homicídio na capital eram jovens com idade média de 28 anos, e 59,43% delas estavam na faixa etária de 15 e 29 anos.

Feminicídios/violência contra mulher

Os **casos de Feminicídios/violência contra mulher monitorados** evidenciam outra dimensão da violência, igualmente preocupante. No período em foco, foram registrados 136 casos, ficando o estado do Piauí na 7ª posição nacional e a 5ª na região nordeste, porém quando olhamos para dentro do estado essa violência cresce ano a ano, sem que o estado realize ações ou um plano para a resolução da questão.

Em Teresina, no tocante a **violência contra as mulheres**, os dez bairros que apresentaram maiores incidências de casos de violência estão localizados na zona sudeste da cidade de Teresina. Na sequência identificou-se que as mulheres enfrentam diversas situações de violências, insegurança e desproteção. Os eventos registrados foram: tentativa de feminicídio/agressão física (69), violência sexual/estupro (23), ao fim do ciclo e o próprio feminicídio (42).

Violência contra crianças e adolescente

Na categoria violência contra crianças e adolescente, o Piauí ocupa a sétima posição nacional, mas os casos acontecidos no estado têm tido repercussão nacional.

Basta lembrar que, em janeiro de 2021, uma menina de 10 anos havia ficado grávida em decorrência de um estupro de vulnerável, praticado pelo primo de 25 anos na zona rural da capital e que não teve o aborto legal autorizado pela família. Um ano depois, a mesma criança, com 11 a 12 anos de idade, foi novamente violentada, dessa vez por um tio. E, assim como anteriormente, ao ficar grávida de quase dois meses, de novo a mãe não autorizou o aborto legal.

Há uma falha enorme em toda a rede de proteção as crianças e adolescente, quanto aos casos de violência sexual, que começam desde a família ao Estado. A capital Teresina-PI teve, em 2022, a maior greve municipal da sua história. Os professores ficaram **214 dias** reivindicando o reajuste do piso salarial do magistério de 33,23%, o pagamento do rateio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2021.

Violência racial

No Piauí a violência policial tem cor, e está localizada, principalmente, em bairros mais empobrecidos das cidades. Segundo levantamentos realizados pela Rede de Observatórios da Segurança, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública do Piauí- SSP/PI, evidenciam que no Estado, no último triênio (2019 - 2021), houve um crescimento exponencial de casos de letalidade policial, considerando os sete estados monitorados pela Rede, registrando o percentual de 15,1%.

Nessa mesma direção, a capital Teresina ocupa o 3º lugar das capitais monitoradas pela Rede de Observatórios da Segurança, com 90,9%, com maior letalidade da população negra por atividade policial. Na capital no ano de 2020, os mortos por ação policial de pessoas brancas, correspondem a 0,3% e contrastando, 99,7% mortes de pessoas negras. Esse número expressa uma realidade preocupante já que 73,4% da população declarou-se negra e maior parte dessa população reside em Teresina. Desse modo, Teresina-PI configura-se como a segunda capital com maior crescimento de violência contra população negra, dentre as capitais dos estados observados pela Rede.

A crescente violência na cidade e em outras cidades do Estado do Piauí é consequência de múltiplos fatores que vão desde a presente desigualdade sociocultural à inócua atuação do Estado no enfrentamento desta questão com a implementação de políticas públicas, em especial, para a juventude negra, periférica e pobre. Fruto de uma política de segurança pública extremamente equivocada que, além de não perceber as manifestações do racismo estrutural, ganha contorno na filtragem policial, direcionando as ações policiais para um público específico de “pele alvo”.

Propomos

- Construção de um Plano de Segurança Pública Municipal, sob controle popular;
- Controle popular sobre a Guarda Municipal e a implementação de uma formação que possa destruir o racismo estrutural arraigado na corporação;
- Adoção de uma política de criação de estruturas e melhoria estrutural de logradouros públicos, praças, quadras, campos de futebol, praias fluviais etc, com o objetivo de possibilitar práticas de esporte e lazer com segurança à população e à juventude dos bairros periféricos de Teresina;
- Construção de obras públicas municipais para combater o desemprego, fornecer melhores serviços públicos à população e gerar segurança nos bairros de Teresina.

A violência e a segurança não podem ser tratadas com políticas repressoras e policiais. Antes de mais nada, devem ser uma política social. Chega de criminalizar a pobreza.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Segundo o Censo do IBGE de 2022, em 2021, o salário médio mensal da classe trabalhadora teresinense é de 2,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total está em torno de 33,22%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, temos 38,6% da população de 866.300 pessoas (IBGE, 2022).

Ou seja, mais da metade da população de Teresina está desempregada e quase a outra metade ganha meio salário mínimo.

Os setores que mais empregam em Teresina são: administração pública, Defesa e Seguridade Social (69,693), Comércio Varejista (35,672), e Educação (16,571). De acordo com esses dados, o serviço público tem um grande papel na geração de emprego e renda em Teresina.

É urgente inverter a lógica que prioriza os lucros de uma dúzia de ricos enquanto milhares estão passando fome em Teresina. É necessário pôr em movimento, através da mobilização da classe, um plano emergencial para acabar com a fome e garantir emprego, moradia e uma vida digna para os trabalhadores. Garantir a implementação de medidas que vão ao sentido oposto da Reforma Trabalhista, da Lei das Terceirizações e demais legislações que retiram direitos e precarizam o trabalho.

Em primeiro lugar, precisamos dar assistência a todos os desempregados e suas famílias, para garantir que possam sobreviver com dignidade até que tenham de volta seu trabalho. Por isso propomos que todos os desempregados recebam um auxílio emergencial de um salário mínimo, até que se garanta o pleno emprego. Isso depende, no entanto, do Estado brasileiro como um todo, atacando os lucros dos bilionários.

Os desempregados também devem ser isentos de todas as taxas, de luz, água, IPTU etc. Ter direito a passe livre em ônibus, trem e metrô. Devem receber auxílio aluguel, nos casos em que forem locatários de pequenos proprietários, e que seja decretada moratória, no caso em que forem locatários das grandes construtoras e grandes proprietários de casas e apartamentos. E anistia de dívidas em caso de programas de financiamentos privados ou públicos como o Minha Casa Minha Vida.

Para garantir emprego para todos, é necessário reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais e estabelecer um piso salarial estadual e municipal que garanta o sustento dos trabalhadores sem que precisem fazer horas extras.

O trabalho precário, além de não garantir condições dignas de vida e aumentar a exploração, diminui o número de vagas e aumenta a divisão de nossa classe. Por isso, é necessário proibir as terceirizações, em primeiro lugar nas empresas estatais. Defendemos o fim das empresas terceirizadas e a incorporação dos trabalhadores à empresa ou instituição tomadora de serviço, com todos os direitos dos trabalhadores hoje efetivos. Nas escolas, por exemplo, é preciso efetivar os terceirizados que já atuam em diversas funções.

No caso dos serviços que exigem formação de terceiro grau, chefias, cargos de confiança e com altos salários, defendemos concurso público, exame classificatório ou alguma medida similar. Defendemos que, em caso de concurso, o tempo de serviço e a experiência no cargo devem contar como pontuação para a classificação desse trabalhador.

Todos os concursados dos órgãos públicos do município devem ser convocados imediatamente. As escolas, por exemplo, precisam de mais profissionais de todos os cargos. Onde não houver bancos de espera, devem ser realizados concursos públicos de emergência.

Defendemos também a proibição das demissões e propomos a ocupação das empresas que demitirem, para estatização sob controle dos trabalhadores.

Do que vimos sobre os números de empregados na cidade de Teresina, o setor administrativo é o que mais ocupa. Diante disso, é preciso um plano de obras públicas para a cidade de Teresina. E política de reforma agrária, para garantia de fornecimento de alimentos para creches, escolas e hospitais públicos, e restaurantes populares.

Um plano discutido com a população e os movimentos sociais que lutam pela moradia, saúde, educação, contra as opressões, elaborado por quem sente na pele os problemas do nosso Estado e sabe quais as maiores necessidades. Com um plano de tal magnitude seria possível de uma só vez, gerar empregos, atender as necessidades da população e reativar parcialmente a economia.

Com uma taxação especial da fortuna dos ricos, em Teresina, já seria possível resolver todos esses problemas emergenciais, garantindo o acesso à moradia, saúde, educação e gerando empregos.

EDUCAÇÃO

A rede municipal de ensino de Teresina conta com uma estrutura de 321 escolas públicas municipais, sendo 171 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e 149 escolas do ensino fundamental, contando com 36 Escolas de Ensino Fundamental com matrículas em Tempo Integral, que possui um público de mais ou menos 14 mil alunos, dentro do cômputo geral de matrículas variando de 92.501 mil alunos (Fonte: Censo, INEP - 2023).

Na rede municipal de ensino de Teresina podemos apontar algumas demandas que assolam os profissionais da educação e o alunado, como, por exemplo, queixas de problemas de saúde, exaustão, insegurança, sobrecarga e retirada de profissionais que auxiliam no trabalho junto as turmas com 25 ou mais estudante nas CMEI's. Em algumas creches, as salas parecem baias para cavalos e as crianças têm que conviver com temperaturas insuportáveis, de acordo com o Sindicato dos Servidores Municipais de Teresina.

Nas escolas, podemos observar as condições precárias como ausência de bibliotecas, aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, quadras de esportes e salas de descansos, além de salas de aulas acima de capacidades. Ou seja, as escolas tornam-se ambientes insalubres tanto para os trabalhadores em educação como para os alunos.

Não podemos falar em escolas integrais. Isso é uma falácia. Pois todas as escolas, consideradas pela SEMEC como escola integral, sofre da falta de infraestrutura como

laboratórios, quadra de esporte, ausência de espaços recreativos, banheiros adequados e salubres e até mesmo do fundo rotatório, que serve para comprar os materiais básicos como papel higiênico, por exemplo. Em geral, as escolas integrais não estão aparelhadas para pleno funcionamento, contribuindo, assim, para o aumento da evasão escolar.

No que concerne aos profissionais da educação (professores, pedagogos, diretores e o pessoal administrativo como secretarias, vigilantes e cozinheiros) temos um quadro que vai desde uma defasagem salarial de 15,8% em 2024, descumprimento dos acordos entre a PMT e o TCE, que concedem reajustes que vão de 17,18% a 15,8%, em 2022 e 2023 respectivamente, mudança de nível, transposição de classe, e, até tempo de aposentadoria adulterado.

Não há mais democracia na gestão escolar. Desde 2018 a PMT aprovou uma lei que vem dificultando a eleição para a gestão escolar. Também há uma portaria ditando que nas escolas integrais, a gestão das escolas deve ser de indicações do secretário de educação. Autonomia pedagógica nem se fala, não há mais. As provas e avaliações são aplicadas de cima (MEC) para baixo. Aos professores somente é dado o trabalho de “monitorar” as provas nas salas de aulas.

As avaliações também descem de cima para baixo. As escolas são obrigadas a avaliarem os seus alunos através da Avaliação Nacional de Alfabetização ANA (3º ano EF) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2º ano EF), além de uma Prova de Rede (2º período ao 3º ano), onde as matérias obrigatórias são somente a Língua Portuguesa e a Matemática, desconsiderando as demais.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2022), Teresina apresentou a segunda maior taxa de analfabetismo entre as capitais brasileiras, com 7,12%, ficando atrás apenas de Maceió (AL), que registrou 8,42%. A taxa da capital piauiense ficou abaixo da média estadual (17,23%) e um pouco acima da média nacional (7,0%).

Em relação ao financiamento, a PMT, atualmente, tem aportado um valor aquém do que determinam a Constituição Federal e a Constituição Estadual. O investimento na educação, por parte da Prefeitura de Teresina, chega somente a 21%, bem abaixo dos 25% que a CF/1988 determina. Além de conviver com o baixo investimento financeiro, o que compromete a qualidade de ensino da rede municipal de educação, as escolas ainda convivem com desvios do FUNDEB e a interrupção nas transferências das verbas do fundo rotatório, que cobre as despesas básicas como compra de papel higiênico, por exemplo.

A educação, nas gestões do PSDB, anos atrás, e na atual gestão do Dr. Pessoa, tem sido sucateada e desvalorizada. Há um processo de privatização da educação em andamento e, para isso, os recursos financeiros e os investimentos na educação municipal, há anos, vem sendo

minguados. É a lógica mercadológica das gestões capitalistas que veem a educação como uma mercadoria. É preciso romper com essa política.

Defendemos como programa para a educação

- Investimento de 25% do orçamento na educação, como determina a constituição;
- Aplicação de 7% do PIB do município, rumo aos 10%;
- Cumprimento do Piso Nacional do Magistério;
- Dotar as escolas de toda estrutura que potencialize a educação de nossos jovens e crianças, como laboratórios de ciência e informática, bibliotecas e quadras esportiva;
- Eleição democrática para as direções de todas as escolas municipais;
- Oferta de vagas nas creches e escolas da rede de ensino, rumo a universalização do ensino;
- Garantir o acesso e promover ações para permanência na rede pública e rede regular de ensino a partir do recenseamento das populações do campo indígena, quilombola, declarada negra, ciganos, circenses e comunidades tradicionais locais;
- Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a Internet;
- Defendemos o debate de identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, como forma de combater também a evasão escolar de LGBTIs;
- Defesa de uma educação pública laica;
- Não aos projetos autoritários como “Escola sem Partido” e Escolas cívico-militares;
- Estatização de todo o sistema educacional. Educação não é mercadoria;
- Revogação do Novo Ensino Médio;
- Construção de uma proposta pedagógica construída legitimamente no chão da escola pela comunidade escolar (profissionais, estudantes e responsáveis).

MORADIA

Morar com dignidade e qualidade ainda é um desafio distante para mais de 130 mil teresinenses, que enfrentam a realidade de não possuir moradia ou residir em condições precárias em vilas, favelas e ocupações.

Segundo dados do IBGE de 2010, Teresina contava com 35 mil famílias sem moradia e 111 aglomerados subnormais na zona urbana, totalizando 34.796 domicílios e abrigando 130.115 pessoas, o que representa 16,95% da população total da cidade. No entanto, um diagnóstico mais recente elaborado pela prefeitura revela uma realidade ainda mais complexa, com 76.901 famílias vivendo de forma irregular na área urbana, o que corresponde a aproximadamente 37,06% da população de Teresina.

NOSSAS PROPOSTAS

Diante desse cenário alarmante, propomos a implementação de medidas urgentes e eficazes:

- Controle Social e Participação Popular na Habitação:
- Estabelecer conselhos populares de habitação, com representação de moradores, trabalhadores da construção civil, movimentos sociais e especialistas, para definir e implementar políticas habitacionais que atendam às reais necessidades da população.
- Requisição/Ocupação de Imóveis Ociosos: Implementar a requisição de imóveis ociosos, tanto públicos quanto privados (os utilizados com finalidade especulativa), para transformá-los em moradias populares por meio de reformas coletivas, garantindo o direito à moradia digna para todos. O centro, por exemplo, precisa ser revitalizado, mas este processo de revitalização deve atender as necessidades da classe trabalhadora que já trabalha na área central da cidade, dotando a área de todos os serviços públicos necessários para atendimento dos moradores da região;
- Taxar os condomínios privados de luxos e as grandes residências dos ricos e milionários através do IPTU progressivo;
- Estatizar, sem indenizações, todos os grandes terrenos improdutivos especulativos e entregá-los para o Programa de Habitação Popular, no sentido de amenizar o déficit habitacional em nossa cidade.
- Regularização fundiária para as vilas e favelas.
- Programa despejo zero nas ocupações: fim da violência contra os sem-teto. Moradia é direito!

JUVENTUDE

Se fôssemos resumir o centro dos problemas da vida dos jovens, poderíamos dizer que tem a ver com emprego-educação. Temos uma geração de jovens mais escolarizada do que a geração dos seus pais, mas ainda assim com piores empregos. Ao mesmo tempo, a educação fica pior ano após ano, e há um processo de decadência das universidades.

A democratização do acesso não vem acompanhada de políticas de permanência que evitem a evasão. O acesso a essa educação precária não garante emprego e renda, e é por isso que as perspectivas de vida da juventude atualmente são piores. Há uma redução geral da qualidade de vida dos que se formam. Esses problemas são decorrentes desse modo capitalista de governar.

Infelizmente, grupos políticos, como o PT e a direita organizada, defendem um projeto neoliberal (de tipo “social” ou neoliberalismo clássico) com unhas e dentes, iludindo os jovens de que as mudanças que precisamos virão daí, difundindo a ideologia do “empreendedorismo” que coloca a culpa da crise social sobre os ombros do indivíduo. Mas é justamente esse projeto que leva adiante o Novo Ensino Médio, que é o ilustre exemplo da destruição da educação e do emprego, em um país submetido ao interesse do imperialismo e de empresas, como a Ifood, que vai até dar itinerários formativos nas escolas.

No momento, o governo Lula e a Frente Ampla, que conjuga vários partidos como Pcdob, MDB, União Brasil etc, buscam emplacar uma política fiscal denominada de “Arcabouço”. Esse projeto significa um novo “teto de gastos”, seguindo os passos do Teto de Temer. Na verdade, o objetivo maior do Arcabouço é seguir a lógica das políticas fiscais de sempre: subordinar o dinheiro do país aos interesses de acionistas, banqueiros e empresários.

O projeto neodesenvolvimentista (ou “neoliberal social”) que o governo do PT defende, o projeto do arcabouço fiscal, apoiado pelo Centrão no Congresso Nacional, e o Novo Ensino Médio afetam diretamente a vida educacional, profissional e, até mesmo, o futuro da nossa geração de jovens, pois, na prática, retiram dinheiro das áreas sociais, como saúde e **educação**, para entregar aos capitalistas. São esses projetos políticos e fiscais que estão nos programas dos nossos adversários nesta eleição municipal, em Teresina. Desde o PT, de Fábio Novo, até o União Brasil, de Sílvio Mendes, perpassando pelo PRD do Dr. Pessoa.

Isso explica o fato da nossa juventude teresinense não ter acesso ao lazer, pois não há dinheiro e recursos para estruturar as praças, quadras esportivas, teatros etc para que os jovens possam se divertir, as escolas estarem, cada vez mais, sucateadas e jogadas ao abandono,

levando uma boa parte da nossa juventude à marginalidade, e, por fim, deixando-os sem perspectiva alguma em relação à emprego e renda.

Diante dessa realidade cruel para a juventude, o PSTU defende que a dívida pública pare de ser paga, que o governo taxe as grandes fortunas, que tire a riqueza dos bilionários, tudo isso para investir na educação, emprego e outras necessidades dos jovens e trabalhadores.

Defendemos um projeto socialista, que se enfrente até a raiz com a dominação burguesa. Não achamos que tem meio termo: nesse sistema, pra alguém ganhar, outro tem que perder. Ou nós invertemos a lógica e vamos para cima dos que nos exploram e oprimem, ou a vida das gerações jovens significará a perpetuação da miséria, da pobreza e da desigualdade social.

OPRESSÃO

Mulheres

Nada menos que 722 mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2023. Foram 18 a mais que no mesmo período do ano anterior. A violência sexual também cresceu: foram mais de 34 mil casos em seis meses, um estupro a cada oito minutos. A cada 24 horas, ao menos oito mulheres são vítimas de violência. Piauí é o estado que registrou a maior taxa de crescimento, quase 80%. No ano de 2023, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência doméstica a cada 24 horas

As agressões físicas, o assédio, a violência psicológica e moral também aumentaram. Segundo o DataSenado, 25,4 milhões de brasileiras (cerca de uma a cada três mulheres) já foram vítimas de violência doméstica ou familiar, provocada por homens, e 74% acreditam que a violência aumentou no último ano, com o destaque de que, não por acaso, a percepção sobre o aumento da violência machista é maior dentre as mulheres negras e indígenas.

A ineficácia das leis na redução da violência é flagrante e evidencia que a legislação se transforma em letra morta, caso não houver vontade política para colocá-la em prática. Mas, não foi o que vimos durante o primeiro ano de governo Lula, que não só não reverteu o desmonte das políticas para as mulheres do governo anterior, mantendo o minguado orçamento do combate à violência deixado por Bolsonaro, como também tem destinado verbas pífiyas para programas federais.

Além disso, o atual governo foi incapaz de colocar em prática sequer uma campanha nacional contra o machismo e a violência de gênero, como forma de buscar reverter a ofensiva ideológica reacionária do governo passado.

A omissão do governo Lula em pautar o debate sobre a legalização do aborto, em troca de apoio de deputados e senadores conservadores que compõe Centrão no Congresso, para aprovar seus programas de ajuste, como o Arcabouço Fiscal e as reformas Tributária Administrativa, ajuda a fortalecer os setores de ultradireita na sua ofensiva ideológica reacionária, sendo que, ao final, quem paga a conta somos nós, mulheres trabalhadoras e pobres, que temos nosso direito de decidir constantemente negado.

Não podemos esperar pela boa vontade dos governantes. É preciso organizar desde as mulheres e a sociedade como todo para exigirem o fim à violência, incluindo a implementação de medidas efetivas para assegurar às mulheres mecanismos para evitar que sigam sendo vítimas de abusos, agressões e feminicídios.

Para tal, são necessárias medidas como delegacias especializadas 24h, casas abrigo, centros de referência às mulheres vítimas de violência etc. Bem como exigir emprego e salário decentes para as mulheres, moradia, creches, a revogação das contrarreformas sociais e o fim das terceirizações.

Apoiadas nas organizações da classe trabalhadora, como sindicatos e movimentos, devemos dar início, já, a uma ampla campanha contra o machismo, a violência e todas formas de assédios.

Além disso, é preciso denunciar a hipocrisia da ultradireita e a omissão do governo em relação aos nossos direitos sexuais e reprodutivos e levantar a bandeira em defesa do direito de decidir e pela legalização do aborto. Não ao PL 1904 (PL do Estuprador)! Pela legalização do aborto!

Negros e negras

Com a chegada de mais um ano eleitoral, assistimos ao aparecimento de todo tipo de oportunista se colocando como grande defensor da população negra. O processo eleitoral é como o flautista que, ao tocar seu instrumento, convoca a rataria para fora de suas salas parlamentares. Ainda que durante quatro anos não tenham feito nada de eficaz para a população negra, no ano eleitoral vêm com novos discursos e novas promessas, novas ilusões para ganhar votos.

Com os ascensos de mobilização contra o racismo que têm acontecido nos últimos anos, como no caso do George Floyd, que incendiou os EUA e também teve reflexo sobre os movimentos negros no Brasil; as agressões racistas nos supermercados (como o caso Carrefour) e contra entregadores; os episódios de violência policial racistas filmados e amplamente

denunciados nas redes sociais, têm crescido a conscientização racial da juventude. Diversos jovens que anos atrás se autodeclaravam brancos, hoje se declaram negros, “pardos” e indígenas, se opondo à ideologia do branqueamento que o Estado brasileiro e a burguesia brasileira criaram durante o século XIX.

Esse fenômeno de conscientização racial da população tem se refletido nos censos. O Piauí carrega uma desafiadora herança colonial, mesmo 134 anos após a abolição da escravidão, lembrada nesta sexta-feira (13). As desigualdades raciais marcam mulheres e homens pretos e pardos, que representam 80% da população total do estado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2022). De acordo com o Censo 2022, registrou-se, no Piauí, que 400.662 pessoas se declararam pretas em nosso Estado. O que representa aproximadamente 12,4% da população geral piauiense.

Apesar de todo o discurso da ideologia do “empreendedorismo”, investimento em ações, ou “seja, seu próprio patrão”, que a burguesia e figuras como Pablo Marçal oferecem aos jovens, a realidade é outra. Em estudo feito pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), o panorama para a juventude negra brasileira é o seguinte: os jovens no Brasil representam 17% da população (14 a 24 anos), dos quais 5,2 milhões estão desempregados, representando mais de 50% do total de desempregados (9,4 milhões). Destes, 66% são negros.

Os jovens que não trabalham e nem estudam (nem-nem) somam 7,7 milhões e 68% são negros. Além disso, da parcela que está empregada, 37% dos homens e 23% das mulheres não concluíram o ensino médio. 86% dos jovens tinham empregos que consideravam pouco desafiadores. E a grande maioria dos jovens negros, 56% estão em empregos informais.

A faceta mais brutal do racismo brasileiro é o genocídio da nossa população, principalmente dos jovens negros. Um relatório divulgado pela **Rede de Observatórios da Segurança** revelou que, em 2021, 75% das pessoas que morreram por intervenções de agentes de segurança do estado no Piauí eram negras.

Em Teresina, o índice é ainda maior: 83%. Desse índice, registrou-se que das 18 pessoas mortas pela polícia, 13 eram pardas e 2 pretas, ou seja, 15 vítimas negras. Os bairros onde ocorreram mais mortes pela polícia em 2021 foram Aeroporto, Itararé, Morros, Santa Maria, Centro, Ilhotas, Mocaminho, Novo Horizonte, Portal da Alegria, Porto do Centro.

Para o sociólogo Marcondes Brito, a alta da taxa de letalidade negra é reflexo de um racismo estrutural presente até hoje na sociedade brasileira, que pode ser percebido nas instituições, principalmente, as de controle, como é o caso da polícia.

São necessárias medidas urgentes para conter esse extermínio. Um recurso que tem surtido efeito na diminuição da letalidade policial é a adoção das câmeras corporais. É fundamental que as candidaturas defendam que toda a tropa as utilize e que, principalmente, a gestão das imagens esteja sob controle da população civil, e não da PM.

No âmbito municipal, o candidato a prefeito ou vereador deve defender que a Guarda Civil Municipal (GCM) também implemente as câmeras corporais, sob gestão de órgãos independentes. Além disso, é preciso que os comandantes sejam eleitos nos bairros, movimentos sociais, fábricas e locais de trabalho. A força da GCM deve estar a serviço da classe trabalhadora e dos moradores dos bairros periféricos, e não atuar como cães de guarda da burguesia.

É importante destacar que o capitalismo e o racismo brasileiros reservam especialmente às jovens negras as piores perspectivas de futuro. Por um lado, os dados revelam que a informalidade e a terceirização atingem principalmente, e de maneira mais brutal, as mulheres negras. Considerando ainda que 63% dos lares brasileiros são chefiados por elas, a realidade é a de sobrecarga de tarefas, precariedade das condições de vida e a falta de acesso a serviços públicos essenciais de qualidade, acarretando diversos problemas de saúde, tanto físicos quanto psicológicos.

Diante dessa situação, é fundamental que qualquer candidato à prefeitura ou a vereador tenha uma posição firme no combate a esses problemas, defendendo medidas reais que possam mudar a realidade e as perspectivas para a juventude negra.

Se a burguesia oferece informalidade e empregos em escala 6×1 aos jovens, nós, socialistas e antirracistas, devemos defender uma formação de qualidade e empregos com plenos direitos e bons salários à juventude. Abolir a escala de trabalho 6×1, por exemplo, é uma forma de combater a precarização da vida do nosso povo e de gerar novas oportunidades de emprego.

Além disso, é urgente o fim das terceirizações, que hoje consome 13 bilhões do orçamento público para oferecer serviços de péssima qualidade e enriquecer meia dúzia de donos de empresas. Essa forma de privatização dos serviços públicos transfere o dinheiro arrecadado através de impostos pagos pela população negra para setores da burguesia branca. Com esse dinheiro, seria possível investir em educação, saúde e cultura.

Uma das possibilidades de utilizar o orçamento da cidade em prol da juventude negra trabalhadora é a criação de escolas técnicas municipais voltadas à formação dos jovens para ingressarem nos serviços públicos, com a garantia de um emprego público após a conclusão dos estudos. Essa medida não só combate a evasão escolar e o desemprego na juventude, mas

garante empregos de qualidade e ainda contribui para a melhoria dos serviços públicos ofertados à população. Tanto as escolas quanto os postos de trabalho devem ter cotas de 80% aos jovens negros, negras e indígenas, enquanto os outros 20% devem ser destinados aos jovens de baixa renda em geral.

Também no que diz respeito à educação, é importante garantir uma formação científica e crítica desses jovens. Ao invés do Novo Ensino Médio (NEM), que limita o currículo oferecido aos estudantes (e que, ao contrário da propaganda dos governos, não os prepara para a vida profissional e nem para o ingresso no ensino superior), precisamos que se cumpra a obrigatoriedade das aulas de História da África e da história do nosso povo negro e indígena no Brasil e que haja um amplo acesso ao conhecimento científico. Além disso, é fundamental a criação de projetos de educação sexual nas escolas, fortalecimento das jovens e combate à cultura do estupro desde a infância. Através dessas medidas, é possível pavimentar o caminho para uma educação voltada tanto à profissionalização quanto à compreensão do mundo e da sociedade.

O direito ao futuro digno que nossas jovens merecem não será conquistado através de discursos eleitorais vazios, mas com medidas sérias que priorizem o investimento em serviços públicos de combate à violência doméstica e sexual, desde delegacias até programas de lares temporários e oportunidades de emprego, para que as vítimas não fiquem reféns da dependência de suas famílias ou parceiros, permitindo o rompimento do ciclo da violência.

Um candidato a prefeito que leve a sério a questão negra, não vai vir a público mentir para o povo negro, vai deixar claro que se ganhar a prefeitura vai usá-la para impulsionar a luta e a organização do povo preto contra seus algozes. Somente a organização dos de baixo pode acabar com os bilionários que comandam o Estado atualmente, e usam seus lucros para controlar o Estado e tomar medidas que mantêm nosso povo nessa situação.

Não é o prefeito sozinho que vai mudar e implementar nossas medidas de reparação ao nosso povo, muito menos a Câmara Municipal, mas sim nossa auto-organização.

O governo dos trabalhadores e do povo pobre é o grande objetivo do PSTU, e militamos há décadas para construir uma organização política que permita aos trabalhadores conquistarem esse objetivo.

LGBTI's

Nas últimas décadas, a liderança do movimento LGBTI, desencantada com as traições do stalinismo e influenciada pela retórica do "fim da história" e da classe trabalhadora, passou a

promover a ideia de que a opressão poderia ser superada sem uma transformação profunda da sociedade, apenas por meio de mudanças culturais e psicológicas superficiais.

O discurso queer, apesar de parecer ousado e desafiador para as mentes conservadoras, falha ao não abordar as bases materiais da sociedade. Sem alterar a estrutura social e econômica, as LGBTI's trabalhadoras permanecem reféns da ideologia burguesa. A transformação real não vem das palavras, mas da mudança estrutural, que a classe dominante evita a todo custo.

Influenciadas por essa perspectiva, muitas lideranças do movimento LGBTI e partidos de esquerda reformista e stalinista se restringem a promover políticas identitárias, empoderamento através do consumo e do empreendedorismo. Para nós, não é suficiente eleger LGBTI's ou empoderar alguns, enquanto a maioria das LGBTI's pobres sofre com a barbárie social.

Reconhecer a diversidade deve nos unir em uma luta comum contra a opressão e a exploração, não dividir lésbicas, bissexuais, gays, trans e intersexuais em grupos isolados que se veem como os únicos protagonistas de sua própria libertação.

Nosso programa é voltado para toda a classe trabalhadora porque são aqueles e aquelas que produzem os únicos que realmente podem inverter a lógica da sociedade capitalista, se apropriando de toda riqueza material e a colocando a serviço de nossas reais necessidades, ao contrário do que acontece hoje, quando nem mesmo 1% da população, a burguesia, se apodera de quase tudo. Mas, também, um programa que sabe respeitar a diversidade desta mesma classe, inclusive da população trans, para qual, diante da extrema marginalização, defendemos, dentre outras coisas, cotas nas universidades, serviços públicos e no mercado de trabalho; atendimento digno, público, de qualidade e especializado, no SUS; combate à violência e punição daqueles que a praticarem.

Defendemos

- Criminalização da LGBTIfobia já! Nossas vidas importam!
- Uma ampla campanha nos meios de comunicação, nos bairros, nas escolas, nas fábricas e nas universidades contra a LGBTIfobia;
- Incorporação da educação sexual nos currículos escolares, construídos em um amplo e democrático debate com o conjunto do movimento LGBTI;
- Criação de delegacias especializadas e disponibilização de um canal de denúncia para casos de LGBTfobia;
- Acesso à Lei Maria da Penha às mulheres trans;
- Construção de casas abrigos para as LGBTI's expulsas de casa ou em situação de violência;

- Cotas para pessoas nos concursos públicos;
- Atendimento de saúde humanizado e especializado, distribuição gratuita de remédios para tratamento de HIV, terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual pelo SUS (direitos já garantidos há alguns anos);
- Programas de empregos e moradia popular voltados às LGBTI's;
- Incentivo a projetos artísticos e culturais que promovam a diversidade;

CULTURA

Teresina está privatizada em vários aspectos: na saúde, na educação, no transporte, e infelizmente, também na área cultural. É preciso reverter tudo isso.

Sem a garantia de investimento de recursos próprios da prefeitura para incentivo à produção cultural, são as grandes empresas que acabam tendo o papel de definir quais espetáculos entram em cartaz, quem lança CDs, que exposições são lançadas, quais livros são editados. Os artistas, as pessoas que produzem cultura, acabam ficando na mão dos empresários, a partir das leis de incentivos como a A. Tito Filho, que garante isenção de impostos para as empresas. Precisamos rever tal lei de incentivos que assim como outras similares em nível estadual, segundo os artistas, há muita humilhação para liberação de recursos, e muitas vezes até corrupção de gestores. É o tal “só libero o recurso se 50% da verba do projeto ficar na minha mão”.

É preciso a criação de um fundo específico para financiamento e estímulo à produção cultural, e o fim de isenções de impostos para empresas privadas. Os editais da Fundação Municipal Monsenhor Chaves não atendem às necessidades. Os autores de projetos contemplados sofrem muito tempo para receber as verbas, que são bem reduzidas. É um constante desrespeito para com os artistas que acabam sendo vistos como os responsáveis por não pagarem o que devem, em montagens de peças e eventos.

Patrimônio Cultural

É necessário fazer a defesa do patrimônio arquitetônico da cidade, com o tombamento de vários prédios e punição severa para proprietários que descaracterizarem o patrimônio tombado. É urgente que se faça a municipalização/estatização do prédio do Cine Rex, que deve ser totalmente tombado revitalizado não apenas como cinema de rua, mas também como espaço

de oficinas, de produção do audiovisual. Chega de criação de estacionamentos privados! Punição, com expropriação, dos estacionamentos criados ilegalmente.

Há vários anos existe uma movimentação de artistas nas ruas e nas mídias sociais preocupadas com a defesa do patrimônio artístico-cultural em Teresina, que reivindica, apropriação pública e o tombamento integral do espaço cultural CINE REX e a revitalização do centro e do do complexo cultural PRAÇA PEDRO II, incluindo o Centro Artesanal Mestre Dezinho, ameaçado de privatização. É urgente municipalizar o prédio da Casa da Cultura (praça Saraiva).

É necessário criar um Arquivo Público Municipal, e criar uma Secretaria Municipal de Cultura, com dotação orçamentária suficiente para funcionar. Mas é preciso não só garantir orçamento digno. É preciso que o Conselho Municipal de Cultura, a Fundação Municipal Monsenhor Chaves e a Secretaria de Cultura sejam compostos exclusivamente por quem faz a cultura no município, com direções escolhidas por eleições democráticas entre os artistas.

VALORIZAÇÃO DOS E DAS ARTE-EDUCADORES(AS) - Atualmente, muitos recursos para a cultura foram cortados, incluindo os pagamentos de arte-educadores, ameaçando e até determinando a suspensão de projetos formativos em áreas como dança e música, dentre outros, além da não realização de eventos de cultura popular como festivais e encontros (boi, realizado, quadrilha). É preciso garantir orçamento digno para manutenção, retomada e melhoria destes projetos.

Integrar Educação e Cultura

Dentro do modelo de educação em tempo integral que defendemos, enxergando o ser humano como sujeito integral, a cultura tem papel fundamental. Mas para além do estímulo a desenvolvimento de atividades culturais com alunos regularmente matriculados, é preciso possibilitar o envolvimento de toda a comunidade com cultura, fomentando grupos culturais de diversas expressões artísticas para ocupação dos espaços escolares (que devem contar com auditório/anfiteatros, quadras de esportes, bibliotecas), com abertura inclusive em finais de semana, para atividades de aprendizagem (oficinas) e execução de atividades de dança, teatro, música, pintura, produção literária, projetos de leitura, fotografia, audiovisual.... Muitas escolas, portanto, devem ser pontos de cultura permanentes nos bairros de Teresina, sobretudo na periferia, repensando também os objetivos e atividades dos Centros de Educação Unificados, que devem ser ligados a uma secretaria municipal de cultura.

Mercados e parques do município precisam passar por reformas para atender a necessidade de espaços de cultura e lazer da capital. A zona rural também precisa ser integrada em políticas públicas culturais.

É urgente envolver estudantes, técnicos(as) e professores(as) das Universidade Federal do Piauí, Instituto Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí que já desenvolvem programas e atividades de extensão universitárias relacionadas à cultura, dentro de um projeto popular de valorização cultural de Teresina. A criação de um conselho municipal de cultura, onde os artistas tenham vez e voto, é indispensável para que a prefeitura execute um programa cultural que atenda efetivamente aos interesses da classe trabalhadora.

De imediato, defendemos a realização de uma conferência municipal de arte-cultura, envolvendo democraticamente artistas em suas múltiplas expressões, para debater a questão do orçamento público e das ações culturais mais urgentes a serem implementadas na cidade.

MEIO AMBIENTE

Os parques, áreas verdes e áreas de preservação ambiental precisam ser defendidos, recuperados, replantados e colocados ao bom uso racional e sustentável por parte da população.

A proteção dos rios Poti e Parnaíba também exige a proteção das nascentes, o que nos remete para o plano administrativo estadual e federal, envolvendo outros municípios e estados vizinhos, em suas diferentes bacias hidrográficas. Os comitês gestores das bacias precisam ser totalmente reformulados, no sentido de garantir participação democrática de ambientalistas, populações, sem a ingerência dos empresários do agronegócio, mineração e energias ditas verdes, setores estes que devem ser estatizados.

É preciso garantir saneamento básico em todo o município, protegendo nossos rios. Para isso, é urgente a anulação da concessão feita à Águas de Teresina (um presente dos governos estadual e municipal de Wellington Dias/PT e Firmino Filho/PSDB aos empresários), com a reestatização dos serviços junto à Agespisa (que precisa ser defendida contra o criminoso projeto de privatização em curso imposto pelo governo Rafael Fonteles/PT) é fundamental.

É preciso fiscalizar e punir severamente as grandes empresas e empreendimentos poluidores, estatizando os que causam graves danos ambientais. O agronegócio deve ser expropriado e uma política de reforma agrária deve ser acompanhada de apoio financeiro (créditos) para o desenvolvimento da agroecologia em nossa zona rural (o cinturão verde).

Limpeza Urbana

Atualmente, o recolhimento e destinação final dos resíduos sólidos não atentam para a questão ambiental e nem para o aproveitamento econômico do que é aterrado.

O serviço de coleta de lixo domiciliar é altamente lucrativo para a empresa privada que explora o setor. A população, no entanto, reclama da qualidade do serviço prestado pela empresa, e também pelo trabalho de limpeza das ruas e calçadas e podas feito pela prefeitura.

Não existe um sistema adequado de coleta e separação de lixo, os caminhões não são adaptados para a realização da coleta seletiva e também a população não é devidamente estimulada a fazer a separação do lixo correta ou até se envolver em processos de reaproveitamento de resíduos como a compostagem (atualmente, até a pouco utilizada usina de compostagem é privatizada, e sem ter passado por licitação).

A ausência de um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, os problemas são, além de ambientais também sociais, já que os catadores não têm direitos trabalhistas e se submetem a situação insalubre de trabalho. Os próprios funcionários da empresa de recolhimento do lixo recebem péssimos salários e trabalham em degradantes condições.

Defendemos a criação de uma Empresa Pública de Limpeza que vai se responsabilizar pela coleta, transporte, separação e destinação final dos resíduos sólidos, além da compostagem.

Defendemos a criação de usina para fazer a transformação dos resíduos em produtos, e aproveitamento de energia (gás metano), que podem gerar empregos. Os catadores precisam também ter direitos trabalhistas garantidos, além de condições de trabalho seguras. Defendemos ainda um trabalho de educação ambiental voltado para o aproveitamento do material reciclável e de compostagem. A taxa do lixo deve isentar a população pobre e de baixa renda e ser aumentada ao máximo junto aos grandes empresários e empreendimentos privados.

Defendemos a criação de um aterro sanitário que atenda tanto as necessidades de Teresina, como atente para as questões de preservação do meio ambiente. Como está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a criação do aterro sanitário deveria contar com a participação de ambientalistas e também de municípios que fazem parte da chamada "Grande Teresina". Tanto o aterro sanitário como todo o processo de coleta e destinação final dos resíduos sólidos - hoje sob controle de uma empresa privada - devem estar sob controle total de uma empresa 100% pública, com o devido controle social dos trabalhadores.

É preciso constituir um Conselho Municipal de Meio Ambiente efetivamente participativo e democrático, sem grandes empresas e grandes empresários, para que seja elaborado um plano de gestão ambiental urgente em Teresina.

De imediato, é importante a convocação de uma Conferência Ambiental envolvendo sindicatos e organizações da sociedade civil, povos tradicionais, que defendam o meio ambiente, e especialistas, para discutir e elaborar políticas públicas sobre tudo o que se relaciona ao tema em Teresina (criação de animais domésticos e destinação correta dos resíduos decorrentes disso; maus tratos e abandonos de animais; arborização/replanteio; rios e lagoas; áreas verdes; poluição do ar; poluição sonora; política municipal de resíduos sólidos; saneamento básico...) Evidentemente, como Teresina não é uma ilha, é preciso destruir o sistema capitalista e construir uma sociedade efetivamente sustentável, o socialismo. Sem esta perspectiva, não será possível reverter a previsão de alguns estudos que colocam Teresina como cidade fantasma (inabitável, assim como grande parte do país) dentro de poucos anos, devido ao aumento da temperatura, e outros problemas relacionados à barbárie e catástrofe ambiental promovida pelo sistema capitalista.

Sem o socialismo em nível mundial, nenhuma política isolada de defesa do meio ambiente será suficiente para reverter a barbárie a qual estamos sendo empurrados pelo capitalismo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Todos os setores da administração pública serão pautados por conselhos populares compostos por trabalhadores, juventude e desempregados, sem a presença de patrões: Conselho de Transporte, Conselho de Moradia, Conselho de Cultura, Conselho de Serviços Sociais, Conselho de Juventude, Conselho de Esporte e Lazer; Conselho de Educação, Conselho de Saúde, Conselho de Meio Ambiente... Os componentes destes conselhos serão eleitos democraticamente, e com mandatos temporários e revogáveis, caso seja o desejo da população
- Fim dos altos salários e mordomias: os representantes públicos eleitos pelo PSTU devem receber o equivalente ao salário de um operário qualificado ou continuarem recebendo o mesmo salário percebido no atual emprego público, se for o caso; Fim de todas as mordomias e privilégios no executivo e no legislativo municipal: auxílio-paletó, dentre outras “verbas indenizatórias” não garantidas ao conjunto do funcionalismo municipal.
- Orçamento do Município 100 % Popular e Trabalhador, definido pelos trabalhadores, juventude e povo pobre, sem patrões e empresas.
- Fim das terceirizações e PPPs.

- Boicote à Israel. Anulação de todos os acordos e relações da Prefeitura Municipal de Teresina com o estado sionista israelense que massacra a população palestina! Exigimos que os governos de Rafael Fonteles e de Lula façam o mesmo!